

# MARROCOS: CRESCENTE MAL-ESTAR INTERNO

**Desde Dezembro do ano passado, quando a administração Trump reconheceu a integração do Sahara Ocidental em Marrocos, que o regime instalado em Rabat se tem empenhado numa agressiva campanha diplomática. E fá-lo quando enfrenta um crescente mal-estar interno.**

O sinal mais visível desta crispação é a perseguição de que têm sido alvo aqueles jornalistas que ousam desafiar a “ordem estabelecida”. No início de Junho Lucile Daumas **publicou** um interessante artigo a propósito da repressão sobre os profissionais da comunicação social, alertando para a situação de Omar Radi e Soulaiman Raissouni que se arrasta há meses. De salientar que a autora se **solidarizou** com os seus colegas marroquinos realizando uma greve de fome por 24 horas, no que foi apoiada por aderentes da Amnistia Internacional.



Fig. 1: Contra o vírus da miséria

Lembra ela que em Abril passado Soulaiman Raissouni e Omar Radi decidiram entrar em greve de fome como protesto pela sua situação. «Soulaiman Raissouni (49 anos) é conhecido como um dos melhores editorialistas marroquinos e um excelente jornalista de investigação. Fundador do AL-AOUAL, colaborou também em vários outros órgãos da imprensa antes de ser nomeado redactor-chefe do jornal independente AKHBAR AL-YAOUM após a condenação a quinze anos de prisão do chefe de redacção deste jornal, Taoufik Bouachrine. (...) Raissouni foi preso por estupro sem que qualquer queixa contra ele fosse apresentada à polícia ou aos tribunais. Foi indiciado e detido sob custódia em 22 de Maio de 2020, e o seu processo, que só começou em 9 de Fevereiro de 2021, já foi adiado duas vezes.»

Quanto a Omar Radi (34 anos), tornou-se um caso internacionalmente conhecido depois de a Amnistia Internacional ter denunciado a intrusão no seu telemóvel, pelas autoridades de Rabat, do programa *Pegasus*, desenvolvido e disponibilizado pela NSO, empresa israelita com capital britânico, e que lhes permitia conhecer todas as suas comunicações de voz e dados. Desde então os serviços de segurança marroquinos nunca mais o largaram e no dia 29 de Julho de 2020 foi acusado, preso e colocado em confinamento solitário total, por colocar em risco a segurança interna e externa do Estado, por violação e atentado ao pudor. «Soulaiman Raissouni e Omar Radi receberam o apoio de mais de 200 jornalistas marroquinos», lembra.

Lucile refere outros casos, como o de Maâti Monjib, professor-investigador, jornalista e fundador de várias instituições que promovem a liberdade de expressão e o jornalismo de investigação, incessantemente assediado desde 2013, ele e a sua família. Indiciado pela primeira vez em 2015 com seis

outros jornalistas por violação da segurança do Estado, foi condenado em 27 de Janeiro de 2021 a um ano de prisão e multa de 15.000 dirhams (1.392 euros), sem que ele e os seus advogados tenham sido convocados enquanto esteve preso. Após 20 dias de greve de fome, foi libertado sob fiança com proibição de deixar o país. E o caso de Hajar Raissouni, jornalista do AKHBAR EL-YAOUM, presa em 30 de Agosto de 2019. Foi condenada um mês depois, em 30 de Setembro, a um ano de prisão por aborto e sexo extra-matrimonial e libertada em 16 de Outubro 2019, após a imensa indignação causada pela sua prisão e condenação.

A luta pela liberdade de expressão é apenas uma das vertentes do impasse político, económico, social e cultural que se vive em Marrocos. Salaheddine Lemaizi, premiado jornalista marroquino, **descreveu** o que é hoje a vida nos campos do seu país. «A difícil situação económica ligada à pandemia e as severas secas nos últimos dois anos fragilizaram os agricultores marroquinos. Enquanto o agro-negócio continuou a exportar, as desigualdades agravaram-se no mundo rural, especialmente para os trabalhadores agrícolas, as principais vítimas da COVID-19. (...) No campo, a população rural teme mais o vírus da miséria do que o vírus da COVID-19. Para medir a extensão da crise, basta dizer que o valor acrescentado agrícola caiu 7% em 2020 e que a campanha nacional de cereais caiu para 32 milhões de quintais (Mqt) contra 70 Mqt em média para uma boa época agrícola. (...). O mundo rural representa 39,7% da população marroquina, ou seja, 13,4 milhões de habitantes. Na década de 1960, a população rural diminuiu face à urbanização, mas estabilizou na década de 1990.» O mundo rural «continua dominado pela pobreza e desigualdades gritantes em termos de acesso a recursos, terra e água. (...). Dois números resumem esta situação de desigualdade. A proporção de pessoas de baixos rendimentos em Marrocos é de 29,7%, das quais 6,8% em zonas urbanas e 22,9% em zonas rurais. Há 4,5 milhões de pobres no reino, dois terços dos quais (66,4%) vivem em zonas rurais. (...). Neste oceano de miséria e desigualdade, o campo marroquino é uma terra de enriquecimento para a grande agricultura destinada principalmente à exportação.»

«No momento em que o presidente da Comissão Especial sobre o Modelo de Desenvolvimento (CSMD), Chakib Benmoussa, um próximo do Palácio, apresentava, após meses de tergiversações, o seu relatório ao rei no palácio de Fez, as autoridades preparavam-se para dispersar brutalmente uma manifestação pedindo a libertação dos jornalistas Souleimain Raissouni e Omar Radi em greve de fome.» Assim **começa Aziz Chahir**, um politólogo e professor-investigador marroquino, a sua análise ao «novo modelo de desenvolvimento» apresentado ao rei que, na sua opinião, «alimenta de falsas esperanças, exacerbadas por promessas constitucionais não cumpridas.» «Em vez de enfrentar a situação insustentável dos direitos humanos, o patrão da CSMD pregou um discurso surrealista destacando “o papel da Constituição de 2011 na reafirmação da função do Estado em matéria de liberdades [...] com base no princípio da confiança na relação entre os poderes públicos e a sociedade”. (...).

«À parte o seu conteúdo, que se assemelha a pareceres de especialistas já vistos, (...) o documento peca, sem dúvida, por um preconceito pró-regime.

«O que nos leva a questionar se por detrás desta iniciativa não se esconde mais uma manobra do poder, que insiste em desrespeitar direitos e liberdades, ao mesmo tempo que continua a monopolizar as riquezas do país, a começar pela exploração dos recursos mineiros pelo grupo Managem (propriedade real).

«Confrontado com uma crise sócio-económica insustentável e protestos crescentes, o rei Mohammed VI tenta incansavelmente apaziguar as tensões, procurando preservar a sua preeminência na esfera política, mesmo que isso signifique contornar as instituições representativas. (...).»

Com o sub-título «o rei não é responsável pelos seus actos», escreve Chahir: «Em Marrocos,

o rei detém praticamente plenos poderes e, além disso, não é responsável nem juridicamente nem politicamente pelas suas acções e decisões. Seria, portanto, inimaginável que a CSMD, cujos membros são na sua maioria próximos do serralho, se aventurasse a pensar em questionar a hegemonia do poder monárquico. Pelo contrário, os redactores do relatório parecem ter oferecido ao poder uma preciosa rede de segurança, especialmente em plena crise económica e sanitária.

«Melhor ainda, os membros da comissão, alguns dos quais se apresentavam como "intelectuais democratas comprometidos" ou "cientistas desinteressados", não se envergonharam por um momento de ter elogiado o soberano, cujo nome foi citado onze vezes no relatório, com referências aos seus discursos reais.

«No que parece um exercício comprovado de legitimação autoritária, a CSMD bateu forte, a julgar por esta passagem do relatório: “A instituição monárquica, símbolo de continuidade e estabilidade histórica, é a insígnia deste edifício dinâmico. Dá à nação a força e a ousadia necessárias ao seu desenvolvimento. O soberano, encarnação desta singularidade assumida, é o garante do equilíbrio entre um Estado forte e justo e uma sociedade forte e dinâmica, é o portador da liderança necessária à concretização das grandes ambições históricas, ao seu seguimento e continuidade.” (...).

«E qual cereja em cima do bolo, a CSMD evitou invocar os abusos autoritários do aparelho de segurança, que reduz as áreas de liberdade e prejudica a relação de confiança entre governantes e governados. O relatório, por exemplo, não menciona o intervencionismo do Ministério do Interior nas esferas política, económica e social.»

E a concluir: «Nas vésperas das eleições legislativas de 2021, o relatório da CSMD assegurará ao rei um retrato hegemónico nas questões de desenvolvimento de forma a permitir-lhe definir o rumo político para, pelo menos, a próxima década.

«Pelo seu lado, as populações sem ocupação terão direito a falsas esperanças e promessas políticas de um Marrocos melhor até 2035! E se aqueles que ficaram para trás não concordarem, então "têm apenas que beber o mar", para citar um velho adágio marroquino.»